

- LXV -

**PROJETO ACADÊMICO E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO
ENSINO SUPERIOR PÚBLICO:
O CASO DA UNIFESP - CAMPUS GUARULHOS**

Profa Dra. Marineide de Oliveira Gomes

Universidade Católica de Santos/SP
(neide.ogomes@gmail.com)

Prof Dr. Daniel A. Vazquez

Universidade Federal de São Paulo - campus Guarulhos
(profdanizelvazquez@gmail.com)

O relato de experiência de gestão acadêmica em um campus universitário de Ciências Humanas (o campus Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo/Unifesp), no período de 2013 a 2017 - aqui relatado - refere-se aos desafios da gestão democrática, envolvendo as relações de pertencimento com o território local e a revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus e dos cursos.

O campus Guarulhos da Unifesp nasce no contexto de ampliação das universidades públicas federais, em 2006 e é reforçado com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo governo federal, em 2007, com o objetivo de ampliar a oferta, o acesso e a permanência ao ensino superior público no Brasil, por meio da criação e a expansão de novas universidades e novos *campi*, em locais onde não havia oferta de ensino superior público (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

A Unifesp, no conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi a que mais ampliou a oferta de ensino de graduação após o Reuni, com aumento em torno de 700% no número de matrículas e novos *campi* organizados de forma temática. No campus Guarulhos, foram criados cursos na área de Filosofia e Ciências Humanas de graduação e de pós-graduação.

A localização do campus na periferia de um grande município de São Paulo e o perfil socioeconômico dos estudantes também são especificidades que devem ser consideradas na análise do processo de sua consolidação. Tal perfil, composto, em sua maioria, por

estudantes egressos da escola pública e com renda familiar de até três salários mínimos, também reforça uma das principais metas desse Programa. Os estudantes, em sua maioria, apresentavam expectativas próprias em relação ao ensino superior público, o que por vezes confrontou-se com a expectativa de parte de docentes do campus que considerava a possibilidade de um campus universitário instalado na periferia se transformar em um ensino superior de segunda categoria, pelas condições objetivas de sua instalação (LUGLI, 2014).

Esses temas significaram o exercício permanente de amplificar as vozes da comunidade acadêmica interna e externa e concretizar as possibilidades de gestão democrática pela escuta ativa dos diferentes grupos representativos dessa comunidade aliado à revisão do projeto acadêmico do campus e dos cursos.

Entendemos, como Santos (1978) que o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma variedade de atores sociais que territorializam suas ações e que apresentam a possibilidade de diversificação das relações sociais numa trama de relações complementares e por vezes, conflitantes.

Sousa-Santos (2018) apresenta a ecologia de saberes ou ecologia de prática de saberes como uma forma de diálogo e de articulação de diferentes conhecimentos, sendo o conhecimento científico um conhecimento, não o único.

De um lado, as disputas e as tensões internas serviram como obstáculos às tentativas de formas descentralizadas de tomada de decisões e de formação de unidade (mesmo que mínima) necessária para o encaminhamento de temas de real interesse do campus como a construção do novo prédio acadêmico e a revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus e a gestão democrática foi a forma utilizada para garantir o alcance destes objetivos, os quais foram concretizados plenamente, no caso da construção do prédio. O debate acadêmico andou a passos lentos, mas ainda assim foi possível obter avanços importantes e explicitar os dissensos, mesmo sem resultar em um novo PPP para o campus.

Reafirmou-se a intenção por parte da gestão acadêmica, à época, de iniciar pela construção coletiva do Projeto do campus, com bases que sustentassem os projetos dos cursos e se estender aos mesmos, mas a realidade se mostrou contrária a essa forma de condução, com baixa adesão às mudanças coletivas, por parte sobretudo de parte dos docentes.

Os pontos convergentes identificados nesse debate reforçaram mudanças já realizadas no âmbito dos cursos, o desenvolvimento de ações acadêmicas específicas e a

realização de estudos sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com resultados importantes no período analisado.

Como principais resultados acadêmicos alcançados, ressaltamos:

Em **relação ao ensino**, foi possível avançar na reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), mesmo mantendo uma estrutura disciplinar e, por meio de reformas curriculares que ocorreram nos cursos, garantiu-se uma identidade para os cursos de Licenciatura que estavam, até então, amalgamados aos cursos de Bacharelado. No **âmbito da pesquisa**, observou-se uma importante produção bibliográfica nos programas de pós-graduação da EFLCH. Em contraposição, o compromisso e a colaboração inter e intra institucional parecem indicar o futuro das universidades, em um exercício permanente de autorreflexão sobre o conceito de qualidade universitária, como espaços de compartilhamento dos desejos e interesses da universidade e da comunidade interna e externa a ela. No **âmbito da extensão**, houve uma atuação intensa e mais direta da direção acadêmica do campus, seja na formulação e implementação de ações institucionais, seja na articulação com o poder público local, ou ainda por meio da articulação horizontal com docentes, técnicos e discentes para a execução de projetos ou programas de extensão, por meio de chamadas públicas, evidenciando a dimensão colaborativa de atuação junto aos diferentes segmentos sociais comprometidos com ações de pertencimento local, na forma de diálogo e de ecologia de saberes, visando creditar e fortalecer práticas de saberes diversos, locais e globais e seus impactos em outras práticas (SOUSA-SANTOS, 2006).

Muitas dessas ações resultaram, posteriormente, na elaboração de políticas públicas locais pelo governo municipal, tendo, da parte dos agentes sociais externos ao campus, o reconhecimento do trabalho realizado no campus Guarulhos da Unifesp como referência social para ações setoriais ou intersetoriais locais, sobretudo aquelas que dizem respeito às relações entre universidade e escolas de educação básica, no que se refere a unidade entre teoria e prática na formação contínua de professores e nos estágios curriculares (GIGLIO et al, 2011; GOMES, 2012). Buscou-se, dentro dos limites institucionais possíveis, proceder a reinvenção de lógicas predominantes na relação entre universidade e sociedade, sobretudo entre universidade e escola básica.

Pela experiência crítica aqui relatada, concluímos que a instalação de um campus de Ciências Humanas na periferia de um grande município da região metropolitana de São Paulo como Guarulhos não se confundiu, ao nosso ver, com o lugar da periferia do conhecimento ou da educação superior de segunda categoria.

Reafirmamos o papel estratégico das universidades públicas para o desenvolvimento local, regional e nacional de um país, como bem público, na formação de cidadãos críticos e de quadros profissionais de qualidade, ao mesmo tempo em que enfatizamos a pertinência do ensino superior para a minimização das desigualdades sociais e a construção de sociedades mais justas e abertas para o diálogo e o novo, em um país que não conseguiu ainda dar respostas às condições básicas de cidadania e dignidade de vida para a maioria da população.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. A. D.; PINHEIRO, H. D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out. /dez. 2010.

GIGLIO, C.M.B. et al. Residência Pedagógica: diálogo permanente entre a formação inicial e a formação contínua. In GOMES, M.O. *Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão*, São Paulo: Loyola, 2011, p.15-46.

GOMES, M.O. Universidades e escolas de educação infantil: identidades e formação contextualizada. In REIS, M.; XAVIER, M.C.; SANTOS, L. (orgs.). *Crianças e infâncias: educação, conhecimento, cultura e sociedade*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 151-164.

LUGLI, R. S. G. O novo público do ensino superior brasileiro e a tradição acadêmica: o caso das humanidades na UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo). *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 297-316, jul./dez. 2014.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SOUSA-SANTOS, B. *Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016*. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.